

Ensinando a pessoas
com autismo e
deficiência intelectual

Maryse Suplino

ENSINANDO A PESSOAS COM
AUTISMO E DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL

Maryse Suplino

1ª Edição

Diferenças

2011

Rio de Janeiro

Editora
Diferenças

Tiragem
1000

Capa/Diagramação
Isabella Suplino

Projeto Gráfico
Maryse Suplino

Impressão e Acabamento
Kirios Gráfica Editora Ltda.



Copyright © 2011, por:
Editora Diferenças
Todos os direitos reservados por:
Editora Diferenças

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida sem permissão por escrito, exceto breves citações em livros e revistas críticas.

Dados de Publicação e Catalogação

SUPLINO, M. H. F. de O.
Ensinando a pessoas com autismo e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Ed. Diferenças, 2011.
68 p.: 15x21cm

ISBN: 978-85-63238-02-3

1. Autismo. Deficiência Intelectual.
Educação Especial.

Contatos:

Editora Diferenças
Rua Bolívia, 51
diferencas.editora@gmail.com

Dedico esse texto aos meus amigos com autismo e deficiência intelectual com os quais aprendo todos os dias.

SUMÁRIO

O QUE ENSINAR A PESSOAS COM AUTISMO E	
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	p. 05
CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO	p. 10
O OLHAR	p. 13
- Uma pessoa, não uma deficiência	p. 13
- O virtualmente realizável	p. 16
- A idade	p. 19
- O conceito de idade mental	p. 19
- Independência	p. 31
COMO ENSINAR	p. 36
- O tempo de cada um	p. 37
- Quanta ajuda é necessária?	p. 40
- Atenção a todos que aprendem	p. 42
- Antecipação de erros	p. 46
- Planejamento das atividades	p. 57
AVALIAÇÃO	p. 59
DE VOLTA AO COMEÇO	p. 63
BIBLIOGRAFIA	p. 64

O QUE ENSINAR A PESSOAS COM AUTISMO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

É comum encontrar-se pessoas com deficiência intelectual ou autismo, entre outras deficiências que já alcançaram a idade adulta sem, no entanto, serem capazes de realizar tarefas mínimas relacionadas à autocuidados ou autoproteção, por exemplo. Os pais encontram-se num impasse: de um lado, temem por seus filhos, na medida em que não os consideram capazes de executar nenhuma tarefa de maneira independente passando, então, a tomar as iniciativas realizando todas as coisas por eles (ainda que, por vezes, tenham clareza de que ações super protetoras tendem a dificultar o alcance dessa independência). Por outro lado, anseiam por um maior nível de autonomia a ser alcançado pelos mesmos.

Os profissionais vivenciam angústias semelhantes na busca dos melhores, mais coerentes objetivos para trabalhar com essas pessoas. Quais seriam os critérios para eleger tais objetivos?

Desde o meu encontro com o Currículo Funcional Natural¹ (LeBlanc, 1992) ficou claro que a funcionalidade deve ser a base dos objetivos selecionados para o trabalho com pessoas com deficiência intelectual e autismo. Essa característica aponta para a função que os objetivos cumprirão na vida dessas pessoas de imediato ou num futuro próximo. Elas poderão utilizar as habilidades aprendidas em sua própria vida ou para contribuir em suas famílias ou comunidades.

Como determinar o que é funcional? Essa tarefa depende de diferentes fatores. Aquela habilidade que pode ser considerada útil

¹ CFN – Metodologia desenvolvida pela Dra. Judith LeBlanc (1990) descrita no livro Currículo Funcional Natural – Guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental (2009)

numa determinada família ou comunidade, poderá não ser em outras. Portanto, ao se eleger os objetivos funcionais (BRAWN, 1979; FALVEY, 1989; LEBLANC, 1991; COSTA, 1992) para ensinar, é necessário ter em mente as competências que a pessoa com deficiência necessita para estar mais bem incluída em seu meio, como qualquer outra da sua comunidade.

Funcional não é aquilo que a pessoa não sabe; é aquilo que essa pessoa precisa saber. Aqui reside o equívoco de um sem número de escalas, inventários e currículos pensados para pessoas com deficiência intelectual e autismo. Talvez não tanto pelos objetivos elencados, mas pelo critério de seleção do que trabalhar com cada pessoa. Usualmente, considera-se ensinar habilidades que tais pessoas não sabem, não desenvolveram, em lugar ensiná-las/levarem-nas a desenvolver competências que são necessárias às suas vidas. Por isso, algumas passarão vários anos recebendo algum tipo de educação e no final de tal período, contudo, não estarão aptas a serem incluídas em suas comunidades. Quantos de nós viveremos sessenta, oitenta, noventa anos e desconhecemos uma enormidade de informações, não desenvolveremos milhares de capacidades e nem por isso seremos considerados inaptos para vivermos em sociedade.

Muitas das competências que existem em nossa sociedade são úteis, mas nem todas se aplicam a todos. Ou em outras palavras: nenhum de nós necessita de todas as competências existentes no rol da nossa cultura específica para viver bem. E mais, conseguimos nos adaptar quando não chegamos a desenvolver algumas consideradas essenciais como, por exemplo, ler e escrever. Quantas são as pessoas que mesmo sem saber ler e escrever construíram famílias, trabalham e seguem tendo uma vida digna? O mesmo ocorre quando pensamos as pessoas com deficiência. Uma pode ter em seu rol de competências a

habilidade passar roupas. Tal habilidade pode ser considerada funcional ou não, dependendo da realidade, do contexto no qual vive a pessoa que ainda não a possui.

Outro aspecto que não poderia deixar de ser aludido refere-se ao tipo de habilidades que são muitas vezes selecionadas por diferentes instituições que trabalham com pessoas com deficiência. São habilidades para a escola, não para a vida!! Há habilidades que só tem razão de ser **na escola**. Elas são desenvolvidas **pela** escola, para serem aplicadas **na** escola. São habilidades que utilizamos no período em que nos escolarizamos. Nas situações comuns à maioria das pessoas, logicamente, são trabalhadas concomitantemente a outras desenvolvidas em diferentes “ambientes de ensino” como a casa, a rua, o ônibus, a praça, o mercado, entre outros. Posteriormente, tais habilidades são substituídas, agregadas a outras adequadas a outros ambientes. Existem, ainda, habilidades que são desenvolvidas pela escola, mas têm um *link* com a vida. Seriam as que denominamos acadêmicas funcionais, que utilizamos no dia a dia. São habilidades que não se restringem ao espaço escolar, elas são atualizadas, melhoradas, vivenciadas no dia a dia.

As habilidades desenvolvidas no interior das instituições de ensino deveriam extrapolar tal espaço. No âmbito da sua utilização, existe um interesse exacerbado em que pessoas com deficiência aprendam determinadas habilidades como, por exemplo, usar a tesoura, a cola; saibam colar papel dentro de determinados espaços delimitados num desenho, etc. Não estou afirmando que esse tipo de habilidade não possa ser trabalhado. A questão é que, em muitos casos, a maioria dos trabalhos desenvolvidos permanece focada nesse tipo de habilidades. Não raro encontramos instituições que atendem pessoas com deficiência intelectual e autismo adultas, as quais

desenvolveram apenas competências desse tipo, que em nada podem contribuir para a vida fora das salas de atendimento. Estou falando de educação para além dos muros da instituição. Trata-se de educação para a vida em sociedade!

A história que contarei a seguir exemplifica esse ponto.

Numa determinada cidade, me contaram que uma renomada escola que preparava jovens através da educação profissional, havia iniciado poucos meses antes de minha viagem a esse município, um processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Essa escola estava repensando tal iniciativa e bastante inclinada a suspender a ação, por conta de uma situação ocorrida com uma aluna de vinte e um anos com Síndrome de Down. Num desfile cívico, tradicional na cidade, durante a apresentação da escola e em meio a centenas de pessoas que assistiam o evento, a aluna sentiu vontade de urinar. Baixou a calça comprida, arriou-se no meio da via pública e aliviou-se. Esse ato causou um tremendo alvoroço, paralisou o desfile e trouxe desconforto à escola que se sentiu ridicularizada.

Tive a oportunidade de conversar com alguns representantes da escola. Perguntei-lhes se a aluna já havia freqüentado algum espaço educacional anteriormente. Disseram-me que ela o fazia desde os seis anos de idade, num espaço especializado. O grupo diretivo afirmava que pessoas com deficiência intelectual realmente não poderiam estar em sua escola, por conta das limitações que a deficiência trazia. Argumentei que o problema não estava na deficiência da aluna, mas na deficiência da educação recebida (por quinze anos!), uma vez que a mesma não foi eficaz para desenvolver uma habilidade tão importante para a nossa sociedade que é a privacidade.

O que ensinar a pessoas com autismo e deficiência intelectual

Trata-se, portanto, de oferecer a tais pessoas as ferramentas necessárias para que tenham um desempenho adequado em sociedade. As mesmas que os demais membros de seu grupo receberam por meio da educação e, por isso, podem desempenhar o papel social de membros adequados, produtivos e bem sucedidos. O trabalho desenvolvido com pessoas com deficiência intelectual, autismo, etc. deveria apontar para o preparo que devem receber de modo a atender às exigências do ambiente no qual vivem, no qual a atividade educacional deveria ter por finalidade incluí-las.